

Platão e a descoberta do passado

RESUMO

Trata-se de uma análise sobre a questão do Tempo no pensamento de Platão, pela qual procuramos demonstrar duas hipóteses principais: por um lado, através de três equações filosóficas, Platão descobre o Tempo ao modo do passado enquanto o plano metafísico por excelência; mas, por outro, ele o reencobre na medida em que cria o conceito de Idéia.

Palavras-chave: Platão; metafísica; idéia; tempo; memória.

ABSTRACT

This article is about the issue of Time in the thought of Plato through which we attempt to demonstrate two main hypotheses: on one hand, through three philosophical equations, Plato discovers the Time in the way of the past as the metaphysical scope by excellence; however, on the other he recovers it as he creates the concept of Idea.

Key words: Plato; metaphysic; idea; time; memory.

* Doutorando em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ).

O propósito maior desse trabalho é o de demonstrar a hipótese de que, com o advento do pensamento platônico, inaugura-se um novo modo de tratar o problema do Tempo: não mais o Tempo de uma unidade, de uma conjunção, de um *lógos* que se imbricaria à própria *physis*, mas o Tempo como plano metafísico, incorporeal, distinto ainda que não apartado do Mundo, das coisas e do homem.

A República é o diálogo que testemunha a questão do Tempo no âmbito do Mito de Her. Já o diálogo *Político* faz menção à temporalidade nos limites circunscritos ao Mito de Cronos. E o *Timeu*, um dos últimos diálogos escritos por Platão, aborda a problemática do Tempo dentro do Mito da Criação do Mundo (cosmogonia).

Com isso, uma pergunta então se impõe de imediato: em Platão, por que a questão do Tempo aparece associada ao Mito? Como quer certa interpretação filosófico-etimológica, entre os pré-platônicos, o *mýthos* correspondia à palavra proferida, ao discurso, à narrativa, uma vez que o verbo *mythéomai* significava o contar, o dizer, o narrar. Por isso, nas palavras de Marilena Chauí, Heródoto pode empregar “a palavra *mýthos* para referir-se a relatos confirmados por testemunhas.” (CHAUI, 2002, p. 506). Contudo, a partir dos diálogos platônicos, o Mito passa a ganhar novos contornos, os contornos de uma narrativa metafísica cujo conteúdo possui um caráter exemplar.

Com efeito, em Platão, não há a *orthótes* sem o *mýthos*, ou seja, não há a correção sem a alegoria de fundo moral, donde por que o Mito constitui a condição de possibilidade da própria correção. Mas, como se sabe, condicionar não é o mesmo que participar. É que o Mito, ainda que opere uma abertura à correção, em si mesmo não corrige absolutamente nada.

Grosso modo, no diálogo *Sofista*, Platão apresenta uma pertença recíproca entre o não-Ser e o Ser, uma vez que o não-Ser não é o contrário do Ser, sua suposta negatividade, aquilo que subtrairia o Ser de si mesmo, mas a diferença (*héteron*) irreduzível entre os seres, o Outro do qual participa o Mesmo, a alteridade pela qual se distingue e, por conseguinte, também se identifica cada um dos termos de um par - unidade e multiplicidade, parte e todo, movimento e repouso, frio e quente, belo e não-belo, justo e não-justo, etc. -, assim como os termos com os quais se forma

o maior dos pares: Ser e não-Ser. Mas, se o não-Ser é capaz de diferenciar e identificar o Ser, isso se deve ao fato de que o não-Ser também participa do Ser. É por isso que, em sua busca pela definição e pela conceituação do sofista, a enigmática figura do Estrangeiro pode discordar de Parmênides, para quem “o Ser é e o não-Ser não é”, demonstrando o Ser do não-Ser, a existência do Outro, enfim, a própria positividade da diferença. Deste modo, para Platão, a negatividade não se encontra propriamente no não-Ser, mas no não-Ser equivocadamente tomado como Ser em consequência da relação de participação por semelhança. Trata-se da negatividade de um não-Ser sob a forma do “Mundo sensível”, o “Mundo” das cópias e dos simulacros que erram porque parecem mas não são, ou melhor, parecem porque são, embora sejam de natureza diferente e em grau inferior ao modelo ideal do qual apenas podem participar. Enquanto o Ser e o não-Ser instauram uma relação horizontal à guisa de uma pertença recíproca, o Ser enquanto “Mundo ideal” (Idéias) e o não-Ser como “Mundo sensível” (cópias e simulacros) estabelecem uma verticalidade ao modo de uma participação do segundo para com o primeiro. Assim, cumpre dizer que, a exemplo da pertença bilateral e horizontal, a participação unilateral e vertical também possibilita a existência do não-Ser, mas do não-Ser enquanto erro passível de correção.

O Estrangeiro - E a falsa opinião opina que coisas que não são não são, ou que coisas que absolutamente não são são em algum sentido?

Teeteto - Deve opinar que coisas que não são em algum sentido são em algum sentido, isto é, na hipótese de alguém vir algum dia a opinar absolutamente falso, mesmo num grau modesto. (PLATÃO, 2007, 240e, p.197).

Mas, curiosamente, o *Sofista* é um diálogo no qual Platão não vai recorrer ao Mito a fim de expor seu pensamento. É que o Mito não é o instrumento mais adequado para legitimar o não-Ser em sua verdade maior. Para tanto, faz-se necessário um outro instrumento através do qual possa atingir este fim: a dialética. Enquanto

o Mito realiza o movimento de especificação¹, a saber, o movimento que parte do geral para chegar ao particular: conta-se uma fábula que é aplicada aos casos específicos; a dialética realiza o movimento de generalização, qual seja, o movimento que se inicia no particular para terminar no geral: a série de perguntas e respostas que leva à revelação da verdade, seja da opinião à hipótese como dialética inferior, seja da hipótese à contemplação enquanto dialética superior. Mas, se considerarmos que, neste diálogo, o desejo de Platão é o de determinar a existência do não-Ser "metafísico" através do qual seria possível reconhecer o não-Ser "físico", isto é, o próprio erro onde se esconde o sofista, o que pressupõe o movimento de generalização, podemos entender a razão pela qual o Mito é preferido em favor da dialética.

Nesse ponto, nossa análise leva-nos à conclusão de que, no *Sofista*, ao tratar da relação entre o não-Ser e o Ser, Platão chega a vislumbrar ao longe a possibilidade da Idéia de erro. Mas, como um raio, esse vislumbre logo se desfaz à medida que o não-Ser enquanto "Mundo sensível" é submetido à gradação, ao escalonamento e à hierarquia na ordem vertical do Ser enquanto Idéia.

Assim, ao legitimar a possibilidade do não-Ser "metafísico" pelo movimento de generalização operado pela dialética, então o Mito pode cumprir a função que lhe cabe em outros diálogos: dividir e hierarquizar o "Mundo sensível". Em *Lógica do sentido*, Deleuze realiza um estudo rigoroso sobre o movimento de seleção operado pelo Mito ao longo da obra platônica. Segundo ele, o Mito constitui um critério superior pelo qual o "Mundo sensível", o presente, o errático é dividido e hierarquizado: de um lado, as cópias-ícones, as imagens boas e bem fundadas, as cópias que guardam uma forte semelhança em relação aos modelos ideais; de outro, os simulacros fantasmas, as imagens más e mal fundadas e/ou infundadas, as cópias que possuem uma semelhança fraca ou mesmo uma privação de semelhança em face das Idéias modelares. Daí a afirmação de Deleuze segundo a qual "O projeto platônico só aparece verda-

deiramente quando nos reportamos ao método de divisão." (DELEUZE, 1998, p. 259). De fato, se tomarmos a afirmação de Deleuze em sua máxima radicalidade, tal como considero o mais acertado a fazer, poderemos constatar o projeto platônico desenhando-se como uma perfeita equação matemática: a errância, o "Mundo sensível", o presente como o dividendo, o Mito como o divisor, a cópia boa e bem fundada como o cociente e o simulacro-fantasma como o resto, literalmente o resto, o refugo, a parte desdenhada e rejeitada da equação.

"Mundo sensível"	Mito
Simulacro-fantasma	Cópia boa e bem fundada

Mas, afinal, por que o Mito teria este poder e realizaria esta função, a saber, o poder da divisibilidade e a função da hierarquização enquanto separação, escalonamento e organização do "Mundo sensível"? E antes, o que conferiria este poder e esta função ao Mito, autorizando-o a operar como um critério superior de seleção sobre o errático? Pois a resposta é dada pelo próprio Mito: o movimento de participação. *Grosso modo*, o "Mundo sensível" pode ser dividido e hierarquizado entre cópia e simulacro porque, de acordo com o Mito, os mesmos participam em diferentes graus da Idéia modelar (*eidos*). Tal é, por exemplo, o Mito da circulação das almas no diálogo *Fedro*, onde os homens são submetidos a uma ordem social determinada pela intensidade da contemplação das almas às Idéias antes da encarnação.

E agora a lei de Adrasteia: toda a alma que, feita companheira de um deus, tiver observado algo das realidades verdadeiras, fica isenta de provações até à revolução seguinte; e, todas as vezes que for capaz de fazer o mesmo, sempre permanecerá imune. Quando, porém, por incapacidade de acompanhá-lo, não conseguir ver nada; quando, por algum acaso da sorte, vencida pelo esquecimento e pela maldade, e tornar pesada e em consequência disso perder as asas e se precipitar na terra, então é da lei que não

¹ Em *Diferença e Repetição*, Deleuze afirma que o método de divisão platônica não é a especificação, mas a seleção, visto que o propósito de Platão não é o de identificar as espécies opostas em relação ao mesmo gênero, tal como em Aristóteles, mas o de selecionar as linhagens puras. Entretanto, entendemos que toda divisão sempre implica uma especificação, ainda que esta possa ter diferentes naturezas. Por isso, no platonismo, o método de divisão aparece como uma especificação com caráter de seleção.

encarne em nenhuma natureza animal da primeira geração: a alma que tiver visto maior quantidade de realidades entrará no germe de um homem destinado a ser um amigo da sabedoria ou do belo, ou alguém consagrado às Musas ou ao amor; a segunda, no germe de um rei ou no de um guerreiro e governante; a terceira, no de um político ou no de algum ecônomo e financeiro; a quarta, no de um homem amante da fadiga, de um atleta ou de alguém que tenha por missão a cura do corpo; a quinta terá uma vida de adivinho ou de iniciado; a sexta corresponderá um poeta ou alguém que se dedique a outra arte qualquer de imitação; à sétima, um artífice ou um lavrador; à oitava, um sofista ou um demagogo; à nona, um tirana. Ora, em todas estas encarnações, o homem que levar uma vida justa recebe a melhor parte, e o que a levar injusta a pior. (PLATÃO, 1997, 284d, p. 64).

Como foi colocado acima, o errático é submetido à divisão e a hierarquização na medida em que, através do Mito, realiza-se o movimento de participação (*méthexis*) na Idéia. Trata-se, por conseguinte, do Mito Participador. Mas o movimento de participação não é nem pode ser suficiente para assegurar o *status* de critério superior de divisão e de hierarquização ao Mito. É que o movimento de participação pressupõe uma circulação entre o passado e o presente, isto é, um determinado movimento temporal, tal como se evidencia na estrutura da narrativa mítica: o movimento de fundação.

Timeu - V- Sem dúvida, Sócrates. É o que todos fazem, até mesmo as pessoas dotadas de pouco senso: antes de iniciarem qualquer empreendimento, grande ou pequeno, não deixam de invocar a divindade. No presente caso, quando nos dispomos a discorrer acerca do universo – como nasceu ou se nunca teve princípio – a menos que nos transviássemos de todo, por força teremos de invocar a ajuda dos deuses e deusas, (27c)[...] A meu parecer, será preciso, de início, distinguir o seguinte. Em que consiste o que sempre existiu e nunca teve princípio? E em que consiste o que devém e nunca é? O primeiro é apreendido pelo entendimento com a ajuda da razão, por ser sempre igual a si mesmo, enquanto o

outro o é pela opinião, secundada pela sensação carente de razão, porque a todo instante nasce e perece, sim nunca ser verdadeiramente. É agora: tudo o que nasce ou devém procede necessariamente de uma causa, porque nada pode originar-se sem causa. Quando o artista trabalha em sua obra, a vista dirigida para o que sempre se conserva igual a si mesmo, e lhe transmite a forma e a virtude desse modelo, é natural que seja belo tudo o que ele realiza. (28a) [...] Mas quanto ao autor e pai deste universo é tarefa difícil encontra-lo e, uma vez encontrado, impossível indicar o que seja. Outro ponto que precisamos deixar claro, é saber qual dos dois modelos tinha em vista o arquiteto quando o construiu: o imutável e sempre igual a si mesmo ou o que está sujeito ao nascimento? Ora, se este mundo é belo e for bom seu construtor, sem dúvida nenhuma este fixara a vista no modelo eterno; e se for o que nem se poderá mencionar, no modelo sujeito ao nascimento. Mas, para todos nós é mais do que claro que ele tinha em mira o paradigma eterno; entre as coisas nascidas não há o que seja mais belo do que o mundo, sendo seu autor a melhor das causas. Logo, se foi produzido dessa maneira, terá de ser apreendido pela razão e a inteligência e segundo o modelo sempre idêntico a si mesmo. Nessas condições, necessariamente o mundo terá de ser a imagem de alguma coisa. (PLATÃO, 2001, 29a, p. 64 e 65).

De fato, toda a fundação mítica sempre descreve um movimento que pressupõe um fundamento anterior, assim como implica um fundado posterior. Portanto, fundar significa mover-se do passado em direção ao presente. Aqui, porém, não se trata de um movimento ordinário, tal como o movimento cinético pelo qual um determinado objeto desloca-se no espaço, sendo passível de uma certa mensuração, mas de um movimento temporal, incorpóreo, "metafísico", movimento através do qual o passado vai ao encontro do presente, ou melhor, em que o passado funda, produz, cria o presente do "Mundo sensível", sem, no entanto, jamais se confundir com o mesmo. Eis por que, ao tratar da questão da *Mnemosýne* no âmbito do Mito, Jean-Pierre Vernant pode afirmar que [...]

[...] O passado revelado desse modo é muito mais que o antecedente do presente: é sua fonte. Ascendendo até ele, a rememoração não procura situar os acontecimentos em um quadro temporal, mas atingir o fundo do ser, descobrir o original, a realidade primordial da qual saiu o cosmo e que permite compreender o devir em seu conjunto. (VERNANT, 1990, p. 141).

Mas se o Mito tem uma estrutura circular é porque, para além do arco de ida, também há o arco de volta, isto é, o movimento do presente em direção ao passado. Em Platão, no entanto, tal movimento não é senão um efeito causado pelo primeiro movimento, sobretudo um efeito ao modo da lembrança, da recordação, da reminiscência (*anámnese*) de um passado enquanto origem (*arkhé*) que, circularmente, acaba por revelar a própria condição do presente, a saber, a condição de ser fundado, daquilo que veio depois, do que está sempre em segundo lugar. Eis por que, através do movimento de fundação, a função do Mito não é apenas a de separar, mas também a de escalonar e organizar os dois grandes modos temporais: o presente aparecendo como o segundo depois do passado que assoma como o primeiro. É por isso que, antes de intervir no “Mundo sensível” cuja temporalidade é o presente que advém e passa, isto é, o presente que erra, tal como se verificou na equação anterior, o Mito deve decompor o próprio Tempo a fim de hierarquizá-lo em seus dois grandes modos temporais: o passado e o presente.

Tempo	Mito
passado	presente

Contudo, a exemplo do que apresentamos no princípio deste capítulo, a própria operação de divisão do Tempo não seria possível sem uma operação de divisão ainda mais anterior.

physis	Mito
Tempo	

A operação de divisão do Mito sobre a *physis* constitui a condição de possibilidade de todas as operações de divisão no projeto platônico. Ocorre que, ao dividir a *physis*, o

Mito realiza uma operação da qual resulta um cociente sem resto, isto é, um cociente puro, pleno e absoluto: o Tempo. Aqui, a divisão não é mais por fundação nem tampouco por participação, mas por autofundação, um movimento diferenciado e superior aos demais em virtude de seu caráter autodeterminante. Daí o discurso de Fedro segundo o qual [...]

[...] o que é animado de movimento perpétuo é imortal, enquanto o que move outro e é por outro movido, com o findar do movimento, alcança também a cessação da existência. [...] Sendo assim, é então princípio de movimento do Ser que se move por si mesmo. [...] De fato, todo o corpo, cujo movimento lhe vem de fora, é inanimado: é porém animado quando o recebe do interior de si mesmo, uma vez que é essa a própria natureza da alma. (PLATÃO, 1997, 29a, p. 60).

Afinal, como o Mito poderia dividir o Tempo entre passado e presente, assim como o presente entre cópia e simulacro, sem antes dividir a *physis* para dela extrair este pressuposto metafísico?

Em *Introdução à Metafísica*, Heidegger deixa entrever que, para os gregos pré-platônicos, a *physis* como o Ser é constituída pelo *lógos* enquanto a força de re-união, de con-junção, de unidade con-juntural. Trata-se da força que desde sempre já ligou o Ser ao ente, força de ligação através da qual o ente desde sempre já se encontra na abertura originária, no âmbito privilegiado de manifestação, na clareira do Ser.

Trata-se agora de se indicar o que, em correspondência a essa transformação, acontece com o *lógos*. A abertura e manifestação do ente se dá no *lógos*, entendido como reunião. [...] No princípio, entendido como reunião, o *lógos* é o acontecer da re-velação, nela se funda e a ela serve. (HEIDEGGER, 1999, p. 205).

Heidegger tem razão ao dizer que, para os gregos, os fenômenos naturais, humanos e divinos, sobretudo os divinos, caracterizavam a *physis* porque, e somente porque, ocupavam esse lugar de des-velamento (*chora*).

[...] por força de uma experiência fundamental do Ser, facultada pela poesia e pelo pensamento, se lhes des-velou o que haviam de chamar *physis*. Somente em razão desse des-velamento puderam então ter tanto, originariamente, o céu e a terra, a pedra e a planta, tanto o animal como o homem e a História humana, enquanto obra dos homens e dos deuses, e finalmente em primeiro lugar os próprios deuses, submetidos ao destino. (HEIDEGGER, 1999, p. 45).

Ocorre que, na cultura grega, o Tempo aparece sob a forma da divindade, de uma divindade que se desdobra em figuras de deuses: Moiras ou destino, Kairós ou oportunidade, Aion ou simultaneidade, Cronos ou sucessão e passagem. Portanto, ao modo de uma divindade, o Tempo não pode ser senão uma coisa entre outras coisas, um ente entre outros entes, aquilo que é desvelado ao mesmo tempo em que vela o que o desvelou (*phainómenon*).

No entanto, ao operar a divisão da *physis*, Platão desfaz a unidade que até então se lhe atribuía, separa o Tempo dos demais entes aos quais era igualado e alça-o à condição de Ser. É bem verdade que, nos Mitos narrados por Platão, tal operação permanece subjacente às operações de divisão por fundamentação e por participação. Por isso, dir-se-ia que a presença do Mito em sua obra não seria senão uma espécie de “falha”, de fissura, de rachadura no edifício racional que Platão teria tentado erigir. Nesta perspectiva, quando muito, tal “irracionalismo” constituído pelo Mito consistiria numa expressão poética de um pensamento racional que ainda admitiria certa ralação com o Outro da própria Razão. Todavia, isso não significa desconhecer o Mito em sua razão mais profunda?, qual seja, através da divisão da *physis* pelo *mýthos*, eleger o Tempo como o plano metafísico por excelência.

Ademais, a invisibilidade de tal operação deve-se ao fato de que, em pelo menos dois de seus diálogos, o Tempo permanece personificado na figura dos deuses. É o caso, por exemplo, do décimo e último Livro da *República* onde o Tempo é representado pelas deusas Láquesis, Cloto e Átropo, respectivamente o passado, o presente e o futuro, assim como de vários capítulos do *Político* no quais o Tempo aparece sob

a forma do deus Cronos. A representação do Tempo como uma divindade oculta a operação pela qual o Mito, antes de dividir o presente em cópia e simulacro, e mesmo antes de dividir o Tempo em passado e presente, dividiu a própria *physis* a fim de atribuir ao Tempo o *status* de Ser, uma espécie de *a priori* (*próteron*) das duas outras operações. É que, para além desta representação como um ente divino, o Tempo ganha um estatuto metafísico na medida em que realiza o movimento de *autofundação*, bem como possibilita o movimento de *fundação* do passado fundador em relação ao presente fundado e ainda o movimento de *participação* do presente fundado (cópias e simulacros) para com o passado fundador (Idéia).

No entanto, para Platão, não bastava haurir o Tempo através da divisão da *physis*, pois o próprio Tempo, tomado como uma substância una, homogênea e total, ainda lhe parecia por demais problemática. É como se o Tempo, ou pelo menos uma parte dele, ainda guardasse muito daquilo do qual tentou se apartar. Refiro-me, é óbvio, a um dos modos de temporalidade: o presente. Na perspectiva platônica, uma temporalidade impura visto que se confunde com o “Mundo sensível”, um “Mundo” efêmero, degradado e errático.

Ainda assim, nosso recente argumento, bem como os demais, nos leva a crer na imortalidade da alma. Mas para ver a alma como é de verdade, não devemos investigá-la como é enquanto mutilada por sua associação com o corpo e outros males, que é aquilo que estávamos fazendo antes, mas como é em seu estado puro, e assim a devemos sondar, integralmente e à luz da razão. Descobriremos então que é algo muito mais excelente e belo do que pensávamos e que podemos discernir a justiça e a injustiça, bem como todas as outras coisas que discutimos muito mais claramente. O que dissemos da alma é verdadeiro a seu respeito no que concerne a sua presente aparência. Mas a condição na qual a investigamos é como aquela do deus marinho Glauco, cuja natureza primordial não pode facilmente compreendida por aqueles que apenas o vislumbram. Algumas das partes originais foram partidas, outras foram esmagadas e seu corpo inteiro mutilado pelas ondas e conchas, ervas marinhas e seixos que

a lhe aderiram, de maneira q eu ele mais apresentava a aparência de um animal selvagem do que a de seu eu natural. A condição da alma é similar quando a examinamos aossada por múltiplos males. Eis a razão, Gláucon, de termos de investigar alhures a fim de descobrir sua verdadeira natureza.

Onde?

No seu amor pela sabedoria. Temos de entender que ela anseia e aspira a unir-se a ele, porque tem afinidade com o divino, o imortal e o eterno, e temos de compreender no que se converteria se aceitasse esse anseio com a plenitude de seu ser e se fosse erguida por esse impulso das profundidades desse mar no qual está agora mergulhada e fosse limpa e liberada dos seixos e conchas que, porque ela agora festeja sobre a Terra, aderem a ela numa brutal profusão de terra e de pedras em razão desses festins tidos como felizes. Então contemplaríamos sua verdadeira natureza e estaríamos capacitados a determinar se tem muitos elementos ou apenas um e se ou como é ela integrada. Mas já apresentamos uma satisfatória exposição., creio eu, de sua condição e dos elementos que possui quando imersa na vida humana. (PLATÃO, 2006, 611c, p. 443).

Por isso, ocorre uma idéia a Platão: dividir o Tempo à semelhança da própria *physis*. É quando, por meio do movimento de fundação, o Mito concorre para dividir o Tempo, separando e hierarquizando os dois grandes modos temporais: por um lado, o passado fundador, temporalidade permanente, imutável e eterna, livre de quaisquer impurezas sensíveis, autofundante e fundadora do presente; por outro, o presente fundado, temporalidade transitória, mutável, sujeita ao nascimento e à morte, imbricada ao "Mundo sensível" e fundada pelo passado.

Entretanto, a filosofia nasce justamente quando, por meio da divisão, Platão descobre que tal anterioridade não possui um caráter apenas divino, a exemplo do Tempo dos deuses, mas metafísico, tal como o Tempo das Idéias.

Muitos séculos depois, lendo Platão, Bergson aprenderá a dividir os chamados "mistos mal formados", separando o Tempo do espaço,

a memória da matéria, a lembrança da percepção, enfim, o passado do presente. Para ele, o presente pode passar porque passa para um passado que não pode passar porque jamais foi presente, um passado sempre anterior, permanente, puro e absoluto. Um passado sob a forma de um receptáculo que recolhe e guarda os instantes que advém e passam no presente.

Mas como o passado, que, por hipótese, cessou de ser, poderia por si mesmo conservar-se? Não existe aí uma contradição verdadeira? – Respondemos que a questão é precisamente saber se o passado deixou de existir, ou se ele simplesmente deixou de ser útil. Você define arbitrariamente o presente com o que é, quando o presente é simplesmente que se faz. Nada é menos que o momento presente, se você entender por isso esse limite indivisível que separa o passado do futuro. Quando pensamos esse presente como devendo ser, ele ainda não é; e, quando o pensamos como existindo, ele já passou. Se, ao contrário, você considerar o presente concreto e realmente vivido pela consciência, pode-se afirmar que esse presente consiste em grande parte no passado imediato. Na fração de segundo que dura a mais breve percepção possível de luz, trilhões de vibrações tiveram lugar, sendo que a primeira está separada da última por um intervalo enormemente dividido. A sua percepção, por mais instantânea, consiste portanto numa incalculável quantidade de elementos rememorados, e, para falar a verdade, toda percepção é já memória. Nós só percebemos, praticamente, o passado, o presente puro sendo o inapreensível avanço do passado a roer o futuro. (BERGSON, 1999, p. 175-176).

Afinal, como seria possível conceber um presente como primeiro em relação a um passado como segundo?, e pior, um presente como causa de um passado como efeito?, se o passado sempre preexiste ao presente, e mais, se o passado é a própria condição de possibilidade sem a qual o presente não poderia existir - lógica inescapável. Neste ponto, não há dúvida de que o pensamento de Bergson encontra-se no coração do platonismo. O passado como o Ser e o presente como o sendo; o passado como o

que é e o presente como o que não é ainda e o que não é mais; o passado como duração e o presente como instante que advém e passa. Daí a possibilidade de Deleuze constatar a profunda “inspiração platônica em Bergson”.

O passado e o presente não designam dois momentos sucessivos, mais dois elementos que coexistem: um, que é o presente e que não pára de passar; o outro, que é o passado e que não pára de ser, mas pelo qual todos os presentes passam. É nesse sentido que há um passado puro, uma espécie de “passado em geral”: o passado não segue o presente, mas, ao contrário, é suposto por este como condição pura sem a qual este não passaria. [...] Uma tese como esta só tem como equivalente a tese da Reminiscência, de Platão. Também esta afirma um ser puro do passado, um ser em si do passado, uma Memória ontológica capaz de servir de fundamento ao desenrolar do Tempo. Uma vez mais se faz sentir, profundamente, uma inspiração platônica em Bergson. (DELEUZE, 1999, p. 46).

Mas, em Platão, nada é tão simples quanto pode parecer. Com o Mito da criação do “Mundo”, o diálogo *Timeu* demonstra toda a complexidade do problema do Tempo, ao esquadrihar os três modos de temporalidade: o passado, o presente e o futuro.

Após uma conversa introdutória entre Sócrates, Hermócrates, Crítias e Timeu, Platão dá a palavra ao último para que realize um longo monólogo cujo tema é a própria criação do “Mundo”. Nesta cosmogonia, porém, o que nos interessa não é senão as referências à questão do Tempo. Segundo Timeu, o Deus demiúrgico criou o “Mundo” (*kósmos*) constituído de pensamento, de alma e de corpo em conformidade com o modelo ideal. O nascimento da “Mundo”, no entanto, obedeceu a uma ordem de criação por partes. Após engendrar o Pensamento e a Alma, o Demiurgo concebeu os Deuses (Céu, Terra, Lua, Sol, Planetas e Tempo) aos quais incumbiu a tarefa de gerar o Corpo do “Mundo” (os viventes mortais). Mas o que mais nos chama

atenção é que, ao criar os entes divinos e eternos, o Demiurgo começa pelo Céu (*ouranós*) com seus respectivos astros e pelo Tempo, os quais nascem simultaneamente. Tal simultaneidade deve-se ao fato de que o nascimento e a permanência do Tempo cósmico dependem do movimento do Céu e dos astros. Trata-se de um movimento circular que se acha sob a forma do Mesmo (rotação) e do Outro (translação), o que pode atestar uma concepção geométrica do movimento, assim como uma percepção física do Tempo.

Timeu - XI - Seja como for, o Tempo nasceu com o céu, para que, havendo sido criados concomitantemente, se dissolvessem juntos, caso venham algum dia a acabar; foi feito segundo o modelo da natureza eterna, para que se lhe assemelhasse o mais possível. Porque o modelo existe desde toda a eternidade, enquanto o céu foi, é e será perpetuamente na duração do Tempo. (PLATÃO, 2001, 38b, p. 74).

Ademais, tal como afirma Timeu, o chamado Tempo cósmico, o Tempo das revoluções astrais, o Tempo físico não é senão uma cópia do modelo ideal de Tempo, o Tempo eterno, absoluto e idêntico a si mesmo. De acordo com a narrativa, enquanto o

Tempo cósmico deve ser definido pelos termos “era e será” (respectivamente o passado e o futuro), o Tempo eterno é aquele ao qual se deve aplicar a “expressão Ele é” (o presente).

Ao contrário do que possa parecer, tais assertivas não se contrapõe à análise feita até aqui. É que, ao relacionar o Tempo cósmico ao movimento (a revolução dos Astros e do Céu), bem como o movimento à geometria (o círculo perfeito), a Cosmogonia platônica apresenta o Tempo cósmico como o meio através do qual o Céu constitui-se como uma imagem aproximada, isto é, uma imagem cíclica, numérica e movente do Tempo eterno, Tempo que jamais morrerá porque nunca nasceu, Tempo que “é” desde sempre e para sempre, Tempo puro, uno e imutável². Vale lembrar ainda que, no *Timeu*, esse Tempo “metafísico” é definido por Platão como a eternidade (*aion*) porque, por um lado, é

² Sobre este assunto, encontramos confirmação nas análises feitas por Antonio Negri sobre a questão do Tempo ao modo do Evento. Segundo ele, “É o que acontece na tradição clássica, em que o Tempo é a imagem móvel do ser.” (NEGRI, 2003, p. 37).

aquilo com o qual o Demiurgo engendra a Alma do "Mundo", e, por outro, é aquilo que serve de modelo para que o Demiurgo conceba o Tempo "físico" circunscrito ao Corpo do "Mundo" como sua imitação e cópia.

Timeu - Referindo-nos a ela, dizemos que foi é e será, quando a expressão Ela é, é a única verdadeiramente certa, ao passo que, à justa, Foi e Será só se aplicam ao que se forma no Tempo, por tratar-se de movimento; o que é imutável e sempre idêntico, jamais poderá ficar, com o Tempo, mais velho nem mais moço, como também nunca poderia ter existido no passado, nem existir agora nem vir a existir no futuro, não estando, de modo geral, sujeito às influências de tudo o que o devir impõe às coisas que se movimentam na ordem dos sentidos, outras tantas formas do Tempo que se movem em círculo, de acordo, com a lei do número. (PLATÃO, 2001, 38a, p. 74).

Mas, se a análise anterior levou-nos à conclusão de que, em Platão, o Tempo "metafísico" é o passado, como entender a afirmação de *Timeu* segundo a qual o esse Tempo é o presente, ao passo que o Tempo "físico" é tanto o passado quanto o futuro? Em *Diferença e Repetição*, Deleuze parece indicar uma possível saída para o referido impasse. Ainda que o Tempo metafísico seja o passado, o mesmo também se apresenta ao modo do presente. O Tempo "metafísico" é o passado porque preexiste ao presente. Tal preexistência, por sua vez, mostra que o passado também é contemporâneo de si para consigo. Esta contemporaneidade caracteriza o passado como um presente em relação a si próprio, um presente eterno, visto que se trata de um Tempo permanente, um Tempo como forma pura, imóvel e absoluta. Donde infere Deleuze que, na condição e presente para si, tal Tempo também coexiste ao presente que advém e passa em relação ao qual ele é o próprio passado.

Pois parece ser bem isso o que Platão procura demonstrar em sua "metafísica": um Tempo sempre anterior (passado) que nunca foi movimento, extensão e imagem (presente), tal como se constata no *Timeu* e na *República*; um Tempo sempre anterior e permanente (passado), que existe para si (presente), tal como se verifica no *Timeu*; e um Tempo sempre anterior, permanen-

te e simultâneo (passado) que se revela como o fundamento do "Mundo sensível" enquanto fundado posterior e simultâneo (presente), tal como se acha nas obras que tratam da criação demiúrgica e da reminiscência.

Portanto, é possível dizer que, por meio das três equações demonstradas, Platão descobre o Tempo ao modo do passado como a dimensão metafísica por excelência. Todavia, é possível dizer também que, tão logo o Tempo é descoberto, segue-se um recobrimento pelo qual o Tempo é representado como um modelo ideal (*eidos*). Tal representação não é outra coisa a não ser o resultado de uma operação de retrojeção, a saber, operação através da qual as qualidades sensíveis do Tempo ao modo do presente são lançadas para "trás", isto é, em direção ao Tempo ao modo do passado. Pois após o lançamento, ao pousar sobre o Tempo ao modo do passado, as qualidades não apenas o ocupam como também subsumem suas características: preexistência, contemporaneidade e coexistência. É o momento em que as qualidades, ao tomar posse deste modo temporal, produzem as Idéias. Se somente a beleza é bela, a bondade é boa e a justiça é justa, tal como quer Platão, é porque as qualidades de ser belo, bom e justo apropriam-se de uma das características do Tempo ao modo do passado, a permanência (*parousia*), o que permite às Idéias de beleza, de bondade e de justiça serem o que são. Ademais, enquanto modelos dos quais as coisas sensíveis são apenas cópias e imitações, as Idéias são testemunhas de que as qualidades também se apossam da anterioridade e da simultaneidade que caracterizam este modo temporal. Por isso, a Idéia pode aparecer como o resulta da soma entre a qualidade e o Tempo ao modo passado.

qualidade + tempo ao modo do passado = Idéia

Tanto é assim que, no pensamento platônico, a coisa sensível pode participar em diferentes graus da qualidade, embora jamais participe do Tempo ao modo do passado com o qual a qualidade compõe a Idéia. Eis por que a privação das características deste modo temporal é determinante para que a coisa sensível padeça pela falta de anterioridade e permanência, ainda que mantenha a simultaneidade com a Idéia que supostamente lhe verte a qualidade.

Então, *grosso modo*, a reminiscência significa a suposta possibilidade da alma re-conhecer a origem supra-sensível, ideal, “metafísica” da qual proveriam as qualidades que se encontram nas coisas sensíveis.

Aqui, portanto, trata-se de uma operação de dejeção pela qual a qualidade é lançada de volta, isto é, do plano supra-sensível no passado para o sensível no presente. A dejeção da qualidade sobre o plano sensível, por sua vez, equivale à tentativa de predeterminação do ser sobre o ente, do passado sobre o presente, do supra-sensível sobre o sensível, enfim, da Idéia sobre o “Mundo sensível”. Trata-se de uma predeterminação por semelhança, uma vez que o “Mundo sensível” como cópia imita a Idéia enquanto modelo. Aqui, imitar significa assemelhar, mas assemelhar tem o sentido de participar da qualidade ideal. Donde se conclui que, para Platão, a qualidade, em virtude de seu suposto caráter temporal (permanência, anterioridade e simultaneidade), tanto predetermina a semelhança da coisa sensível em relação à Idéia, como também determina a identidade da Idéia de si para consigo. Isto leva Deleuze a dizer que [...]

[...] A Idéia é colocada por Platão como aquilo que possui uma qualidade em primeiro lugar (necessária e universalmente); ela deverá permitir, graças a algumas provas, determinar aquilo que possui a qualidade em segundo lugar, em terceiro lugar, conforme a natureza da participação. (DELEUZE, 1997, p. 154).

Todavia, se considerarmos que a qualidade não é ideal, mas sensível, então poderemos entender o problema da representação no platonismo. Ocorre que, para representar o Tempo como Idéia, faz-se necessário executar a seguinte estratégia: por um lado, ocultar a operação de retrojeção, operação pela qual se revelaria tanto a verdadeira origem física da qualidade como a arbitrária transferência das características do Tempo ao modo do passado para a qualidade sensível; por outro, idealizar a operação de dejeção, operação que pressupõe uma enganosa origem ideal da qualidade sensível, assim como implica uma falsa predeterminação da Idéia sobre a coisa sensível através da relação por identidade e semelhança.

Neste ponto, devemos observar a estreita ligação entre a metafísica e a política no âmbito

do pensamento platônico. Aqui, se o “Mundo sensível” possui um paradigma que o predetermina é porque se concebeu a conceito de Idéia baseado numa suposta qualidade supra-sensível, à qual se transmitiu as características do Tempo ao modo do passado. Contudo, se a qualidade não é metafísica, nem tampouco possui as características deste modo temporal, pois é aquilo que, ao lado da extensão, constitui o plano físico no presente, então a Idéia torna-se defectível, incompleta, carente da parte sem a qual não pode realizar a função que lhe cabe, a saber, a partir do passado, predeterminar o “Mundo sensível” como sua imagem e semelhança. Eis por que, para o platonismo, é imperativo ocultar a retrojeção, bem como idealizar a dejeção, submetendo o Tempo ao modo do passado à qualidade para criar o conceito de Idéia, o qual se impõe como modelo anterior e apodítico do “Mundo sensível”. Portanto, esta predeterminação requer a representação do Tempo através da Idéia. Mas, neste contexto teórico, o que significa tal representação? Se, de fato, representar constitui um meio de submeter o Tempo ao modo do passado à qualidade, representação cuja finalidade é a de predeterminar o “Mundo sensível” no presente, tal como procurei demonstrar, então é possível inferir um significado político desta questão. Trata-se de uma relação de forças na qual a qualidade exerce um poder sobre o Tempo, curvando-o, arqueando-o, dobrando-o a ponto de, supostamente, traçar o círculo perfeito, onde o presente repete o passado, assim como o “Mundo sensível” reproduz a Idéia. Mas, se considerarmos que a própria noção de qualidade serve à definição da ordem das individualidades no plano sensível, tal como a qualidade da cor que designa o vermelho, o verde, o azul etc., concluir-se-á que, em última instância, o platonismo submete o Tempo ao termo genérico das individualidades sensíveis, o que opera uma abertura à representação (falsificação) do Tempo ao modo do movimento, da razão, da alma e do sujeito ao longo da história do pensamento ocidental.

Referências Bibliográficas

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

BRAGUE, Remi. *O tempo em Platão e Aristóteles*. Tradução. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. Tradução. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Edições. 34, 1999.

_____. *Crítica e clínica*. Tradução Peter Pál Pelbart. SP: Editora 34, 1997.

_____. *Lógica do sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. SP: Ed. Perspectiva, 1998.

PLATÃO. *A república*. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2006.

_____. *Fedro*. Tradução. José Roberto Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1997.

_____. *Sofista*. Tradução Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2007.

_____. *Timeu*. Tradução Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre, *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

_____. *Introdução à metafísica*. Tradução. Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

Recebido em 02/03/2009
Aceito 06/06/2009